

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.204.311 - MG (2017/0301613-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE** : **LUÍS ASTOLFO SALES BUENO**  
**ADVOGADOS** : **LEONARDO AVELAR GUIMARÃES - MG106741**  
                  **GUILHERME ALBERTO MARINHO GONCALVES -**  
                  **MG069316**  
                  **LUCAS AUGUSTO REIS ALBUQUERQUE - MG173469**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DESPACHO**

Por meio da Petição n. 170.199/2019, os patronos de **Luís Astolfo Sales Bueno** comunicam, para os fins processuais, a renúncia ao mandato outorgado e trazem, em anexo, documento que comprova a comunicação da renúncia, datada de 18/3/2019 (fl. 4.700).

O AgRg no AREsp de fls. 4.685/4.690 foi julgado no dia 28/3/2019, último dia do prazo de representação processual, nos termos do art. 112, § 1º, do Código de Processo Civil. Considerando que os patronos representaram o agravante até o dia do julgamento e para evitar a republicação do acórdão, intime-se o agravante para constituir novo(a) patrono(a), no prazo de 10 dias, esclarecendo que eventual inércia implicará a nomeação de defensor público.

Acaso transcorrido *in albis* o prazo supramencionado, intime-se a Defensoria Pública da União para atuar na defesa dos interesses do acusado com as providências de praxe.

Excluem-se da autuação os nomes dos advogados Leonardo Avelar Guimarães, Guilherme Alberto Marinho Gonçalves e Lucas Augusto Reis Albuquerque e, somente após a regularização da representação processual, publique-se o acórdão que julgou o AgRg no AREsp de fls. 4.685/4.690.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator